

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.119 - MS (2019/0301643-0)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA
ADVOGADO : LEONARDO DA SILVA OLIVEIRA - MS024325
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : ALLAN JOSE QUEIROZ MOREIRA (PRESO)
PACIENTE : WELLYNTON DA SILVA CONCEICAO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

EMENTA

HABEAS CORPUS. CRIME DE ROUBO. CUSTÓDIA PREVENTIVA. DUPLICIDADE DE INQUÉRITOS. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO CRIVO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. TEMA SUPERADO COM O SUPERVENIENTE OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. REQUISITOS AUTORIZADORES DA PRISÃO CAUTELAR. AUSÊNCIA DE PEÇA IMPRESCINDÍVEL À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE.

Writ indeferido liminarmente.

DECISÃO

Neste *habeas corpus*, busca-se a imediata suspensão do andamento do Processo n. 0004072-35.2019.8.12.0008, da 3ª Vara Criminal da comarca da Capital, e a revogação das prisões preventivas ali decretadas contra **Allan Jose Queiroz Moreira** e **Wellynton da Silva Conceição**, aos argumentos, em suma, de ausência de fundamentação idônea a amparar a custódia, de duplicidade de procedimento sobre o mesmo fato e de excesso de prazo para a conclusão das investigações e oferecimento da denúncia.

Sucede que, pelo que se tem do andamento processual na origem e como bem destacado pela Corte *a quo*, a denúncia foi oferecida em 16/9/2019, ficando superada, assim, a questão referente ao excesso de prazo. Ver, nesse sentido, o AgRg no RHC n. 111.161/RS, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 20/5/2019.

Ademais, a matéria relativa à duplicidade de inquéritos não foi objeto nem de provocação nem de debate e decisão pelo Tribunal local, sendo inviável o seu exame

Superior Tribunal de Justiça

diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Por fim, quanto aos requisitos autorizadores da prisão preventiva, os autos estão mal instruídos, porquanto não foram juntadas cópias das decisões de primeiro grau (de decretação inicial da medida e de indeferimento do pedido de revogação).

À vista do exposto, **indefiro liminarmente** o *writ*, nos termos do art. 210 do RISTJ.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.



Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator